

APROXIMAÇÕES AO TRATAMENTO E CATEGORIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO NACIONAL: UMA REVISÃO PRELIMINAR DO PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL*

Ana Inês Simões Cardoso de Melo**

Resumo:

Este texto tem por objetivo realizar uma revisão da categorização do trabalho na produção teórica nacional e, também, latinoamericana. O percurso encaminhado procura sintetizar o debate sobre o tratamento do trabalho assalariado e das formas “independentes” de trabalho, especialmente a partir dos anos 70. Ao levantar as questões que permeiam a agenda contemporânea sobre as diferentes formas de uso e gestão social do trabalho procura sinalizar, também, para as ciladas de reposição de uma racionalidade dual proporcionada pelo uso de determinadas categorias.

Palavras-chaves: trabalho assalariado, questão social, formas de uso, gestão social do trabalho.

Abstract: Work on the National Context: A Review of The Brazilian Thoughts

This text aims at the achievement of a review of work characterization on the national and, also, Latin-American theoretical production. It tries to synthesize the debate about the treatment of salaried work and the “independent” forms of work, especially since the 70’s. Studying issues that are included on the contemporary agenda about different ways of using and social management of the work, it points out, also, the traps of reposition of a dual rationality caused by the use of determinate categories.

Key words: salaried work, social issue, use forms and social management of work.

* Este texto é produto da disciplina “Reestruturação do Social e Categorização do Trabalho na Sociedade Brasileira”, cursada no Instituto de Estudos e Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), no segundo semestre de 2001 e ministrada pelos professores Luiz Antônio Machado da Silva e Luiz César de Queiroz Ribeiro (2001 a/b). A exposição aqui apresentada se constitui em parte revista do trabalho de conclusão da disciplina e que vem sendo absorvida como ferramenta na construção de nossa tese de doutoramento.

** Doutoranda de Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), professora assistente do Departamento de Política Social e integrante do PETRES (Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social) da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Introdução

Este texto tem como objetivo realizar uma aproximação ao debate do tratamento da categoria trabalho e da enunciação do social, no Brasil, especialmente a partir dos anos 1960/1970. Nosso interesse em realizar tal empreitada está justificado, principalmente, em uma tentativa de sinalizar indicações para a problematização das questões contemporâneas do trabalho e da questão social a partir da recuperação parcial do debate na tradição do pensamento social brasileiro e, também, latino-americano.

Obviamente que a realização do objetivo proposto, nos limites deste trabalho, se faz por uma recuperação da produção acadêmica, tomando por referência apenas uma pequena parcela do que foi produzido. Neste sentido, o encaminhamento aqui construído procurou extrair as questões que julgamos essenciais para situar e recortar o problema do trabalho e da questão social na atualidade.

Como horizonte de análise o recurso a estas ferramentas tem por objetivo transcender uma abordagem que, acreditamos, ao operar por pares conceituais quando problematiza o trabalho, o emprego e as formas de inserção social contemporâneas pode ser caudatária de repor uma dualidade no raciocínio que não se faz sem riscos. Com isto queremos enfatizar o sentido de pertencimento social de diferentes categorias que, ainda que se apresentem de forma fragmentária e heterogênea, constituem o tecido social contemporâneo, fruto das contradições e dos condicionantes postos pelo contexto de crise do capitalismo, da reestruturação produtiva e de mundialização.

Para finalizar esta introdução, não poderíamos deixar de salientar que o nosso argumento está relacionado a uma perspectiva de totalidade para apreensão das mutações contemporâneas. Temos em vista os riscos de nos vermos debruçados no traçado epistemológico de *problemas sociais*, descrevendo-os cientificamente e estabelecendo os padrões de elegibilidade para tais ou quais situações de “exclusão social” (Telles, 2001) quando, em realidade, trata-se de um processo de desregulação e flexibilização do trabalho. Se tais condicionantes acabam por redundar em uma re-configuração do social, esta não deixa de ser realizada nos marcos da sociedade capitalista contemporânea que, a despeito de mutações significativas, não alterou a natureza dos mecanismos de exploração do trabalho.

A afirmação de Telles está reportada à produção de Topalov (1994; 1996) que reconstitui o percurso de construção das categorias de desempregado e de trabalho assalariado no contexto francês. Considerando a impossibilidade de nos determos, nos limites deste trabalho, nas formulações do autor, é importante destacar, no entanto, a chave interpretativa de sua abordagem e que, em alguma medida, fornece o marco de referência do que aqui procuramos problematizar. Tendo como recorte o período de 1890-1910,

Topalov busca apreender como se articulam as estruturas de poder quando da emergência e afirmação daquelas duas categorias no contexto francês. Considerando que a operação de classificação, além de revelar uma ordem cognitiva, também atribui identidade social numa relação prática entre classificadores e classificados, sua investigação expressa aquele estatuto geral da prática classificatória aplicada à sociedade e das quais não escaparam as formulações sobre pobres e desempregados: “a cada categoria que distingue a análise corresponde um modo específico de tratamento, quer dizer de dispositivos institucionais que estão ali, que se quer reformar ou que se propõe criar” (Topalov, 1994).

Desta forma, trata-se de estabelecer o percurso histórico e social da origem do desempregado moderno a partir da relação entre ordem cognitiva e intervenção. Seguindo a trilha aberta pelos estudos de Foucault e de Bourdieu, o problema é colocado por Topalov, a partir da referência aos modos de dominação para realizar uma “genealogia das representações”, que tem como núcleo de argumentação as relações de poder como constitutivas da ordem social. Considerando o sistema de proteção social como uma das políticas fundantes deste novo regime de trabalho (que é o salariado moderno), o encaminhamento metodológico é o da história das categorias sociais e a eficácia de sistemas classificatórios na sua relação com as práticas sociais. No bojo da reforma social operada no período, as categorias de pensamento sobre a realidade social são tomadas em sua articulação com as práticas de intervenção sobre a realidade, estabelecendo relações entre “saberes” e “poderes” num mesmo sistema (Topalov, 1996).

Esta leitura recupera e coloca em operação, portanto, as ferramentas que permitem considerar a íntima articulação entre as categorias do pensamento, as instituições e os modos de dominação. Pode-se dizer que Topalov apresenta os processos sociais que antecederam a consolidação da “sociedade salarial” (Castel, 1999) como homogênea, configurada tanto pelo trabalho assalariado e estável quanto pelos sistemas de proteção social que lhes corresponderam.

A abordagem de Castel (1999), em um outro registro, também se apresenta como referência em nosso texto, na medida em que nos fornece subsídios para considerar o caráter relacional dos processos em curso. Ainda que seja necessária a consideração das especificidades nacionais e os limites postos pela transposição de formulações que foram realizadas originalmente para o contexto francês, os argumentos postos como referência analítica encontram pertinência no que aqui argumentamos.

Portanto, nestes termos, trata-se de considerar a presença de uma processualidade, de um *continuum* - um processo heterogêneo e híbrido, espécie de hiato de situações que conformam as fronteiras e limiares tênues

entre instáveis/estáveis, formais/informais, e, também, incluídos/excluídos. Desta forma, não se trata de um modelo estático do qual se poderia criar tipologias duais, dificilmente capazes, nos dias que correm, de dar conta dos processos que quer esclarecer. A partir desta compreensão de um *continuum*, Castel (1999) advoga a necessária observação relacional dos processos entre precariedade do trabalho e instabilidade social. Argumenta, neste sentido, quanto à necessária compreensão do caráter dinâmico do seu modelo, afirmando que uma mera “constatação das carências, não permite recuperar os processos que engendram essas situações” (Castel, 1999: 26).

A ênfase posta no caráter relacional que busca apreender as trajetórias feitas de uma série de rupturas com “estados anteriores” - que, diríamos, envolve contradições - faz com que argumente que é do centro que se irradiam os processos e suas conseqüências e, assim, a “condição preparada para os que estão ‘out’ depende sempre dos que estão ‘in’ (Castel, 1999:34). Integrados, vulneráveis e desfiliaados pertencem a um mesmo conjunto mas “cuja unidade é problemática (...) jogo entre as semelhanças e diferenças para ajudar a evidenciar as constantes (...) (Castel, 1999:36). E é, a partir deste recorte que coloca a tarefa “de analisar esses ‘fatores’ que *precedem* a exclusão, para medir os riscos da fratura social: ver como funciona hoje a empresa, como se desfazem as solidariedades e se desagregam as proteções que asseguram a inclusão na sociedade” (Castel, 1997:22).

Uma aproximação ao horizonte analítico da enunciação do social e do trabalho¹ no contexto brasileiro

A discussão sobre a enunciação do social e do trabalho no Brasil nos remete, inicialmente, à fórmula das “idéias fora do lugar” (Schwarz, 1988) utilizada, para expressar o pensamento autoritário original, a “sua linguagem e retórica” (Oliveira, 1999) que constituiu, na Primeira República, a imagem do *povo brasileiro* (Sader & Paoli, 1986). Verificamos, então, que é necessário apresentar a primeira distinção fundamental na formulação controversa sobre as características da nossa sociedade e da nossa história, quando reportadas ao quadro de referência europeu. Este se sustentou na ideologia liberal que associa, numa única penada, o trabalho como fonte de liberdade e como mercadoria (Nun, 2000) e que estiveram, posteriormente, suportados nos dispositivos institucionais que regularam o trabalho assalariado e normatizaram a “questão social”.

Nas origens do pensamento social brasileiro estava o embaralhamento, o nó da racionalidade, que buscava conciliar a “universalidade” do liberalismo

¹ A expressão é recortada, principalmente, através de ferramentas proporcionadas pela disciplina cursada e, portanto, as idéias de origem e a seleção das ferramentas aqui utilizadas devem ser creditadas aos seus autores (Machado da Silva & Ribeiro, 2001 a/b).

com a escravidão. Mas, a chave não era apenas esta, uma vez que se o processo de colonização evidenciava a nítida relação entre as classes de latifundiários e escravos, uma terceira se interpunha: a *dependência dos 'homens livres'*. Se eram "independentes" - já que nem proprietários nem proletários - a materialização do seu acesso à vida social encontrou, no entanto, no *mecanismo do favor* sua expressão e a possibilidade de sua reprodução, viabilizando a mediação com a classe dos que têm e sobre a qual "irá acontecer a vida ideológica" (Schwarz, 1988:16).

Se assim podemos compreender, foi neste contexto que foram constituídos os primeiros "terceiros"², de que temos notícias no país e que, através do *favor*, desmentem de forma insidiosa as idéias liberais para além do escravismo, que as tornavam incompatíveis frente aos postulados liberais como autonomia, universalidade da lei e ética do trabalho. Os paradoxos se revelavam tanto no que se refere à "compatibilidade" entre capitalismo e colonização, expressando as relações entre latifúndio e escravidão, quanto resvalando-se para esta camada intermediária dos "independentes". Através da interposição do "mecanismo do *favor*" se instalou a prática do clientelismo nos âmbitos da justiça e das instituições, revelando o descompasso das idéias e dos lugares: entre *intenção e gesto*, entre argumento e prática (Schwarz, 1988:16-17).

A imagem de uma sociedade fragmentada, com fortes traços de heterogeneidade cultural e étnica encontrava resistências em estabelecer padrões de sociabilidade e integração coletiva. A possibilidade de sua integração poderia ocorrer pela via do Estado interventor que alçaria o *povo brasileiro* à condição da modernidade.

Desta forma, a "questão social", no Brasil, apareceu nas frestas da discussão sobre o desenvolvimento brasileiro e, surgiu, primeiramente, como *marginalidade*. Ora relacionada e afirmada como resistências culturais de atraso, ora como atributos pessoais vinculados a características psicológicas dos indivíduos, passou a ser apreendida como resistência à mudança social e pela ausência de participação social (Kowarick, 1975).

A articulação entre pobreza e trabalho se expressou, então, no ideal de integração, alçando vôo na direção de se ascender à constituição do regi-

² Reportamo-nos aqui à dificuldade de categorização tanto do "trabalho independente" que irá confluir nos processos de formulação teórica da "marginalidade" e da "informalidade", quanto das "classes médias" que, no aprofundamento da industrialização, também encontram os limites de sua caracterização no plano material, no da representação e, especialmente, na constituição dos "elos" de identidade (Oliveira, 1987). Com perspectivas distintas e, certamente, por sua inserção diferenciada na estrutura produtiva e ocupacional, estas categorias estiveram na base de conformação do "terciário inchado" frente ao qual se centraram muitas das formulações.

me salarial. Assim, ao falarmos de um *modelo*, como o vigente nos países centrais (Topalov, 1994; 1996), evidenciamos, inicialmente, que este assentou-se no *princípio repressivo* - o poder da polícia. Decorreu daí o tratamento conferido à “questão social”, mesmo reconhecendo a atuação da caridade privada, utilizando-se da benevolência e da Igreja (Iamamoto & Carvalho, 1986). O *princípio disciplinar* também ficou evidenciado com a criação das condições de desenvolvimento do capitalismo. Com a implementação do ideário taylorista, a partir de 1930, aquele princípio se espalhou nas fábricas e nos diversos domínios da vida social. Podemos ilustrar sua vigência mencionando as jornadas da educação que conclamavam à *racionalidade* dos comportamentos sustentada nos princípios do taylorismo - importados precariamente e deixando para o futuro as técnicas que lhes acompanhavam (Vargas, 1989; Francisco & Cardoso, 1993).

Consideramos que é também significativo reter esta crítica inicial das raízes históricas do pensamento brasileiro, evidenciando a idéia de base que permaneceu em outros tempos e lugares, nomeando-a como ideal de integração, busca de ascensão à sociedade salarial, referenciada à matriz clássica da industrialização e que toma como referente um simbólico que não encontra correspondência no plano material (Schwarz, 1988; Sader & Paoli, 1987; Oliveira, 1987; 1999). É importante retermos esta concepção do *povo brasileiro* e dos trabalhadores como incapazes de se constituir verdadeiramente como coletivo, na qual a heterogeneidade social é vista negativamente. Em uma formulação que estampa a realidade na própria representação, os trabalhadores passaram a existir através da legislação trabalhista e da legislação sindical. Nesta, é a partir da institucionalização do Estado que os trabalhadores passariam a lutar pela sua legitimidade, o que serviu de subsídio para a formulação de uma sociedade pobre, atrasada, resistente às mudanças e que precisaria alcançar o patamar da modernidade: “uma sociedade industrializada, urbanizada e universal” (Sader & Paoli, 1986:47).

O horizonte analítico apresentado nos permite argumentar que a Teoria da Modernização passou a constituir a vertente central do pensamento brasileiro (Sader & Paoli, 1986), mesmo tendo que conviver com críticas e formulações diversas. A correlação entre os conteúdos cognitivos e valorativos se expressou a partir dos estudos empíricos diversificados sobre o problema da *marginalidade* e que foram incluídos nos projetos públicos de incorporação daqueles que, situados à margem, necessitavam ser incorporados ao desenvolvimento³.

³ Vários “enfoques parciais” de tematização da marginalidade centrados nos traços socioculturais e psicossociais são sintetizados por Kowarick (1975). Um destaque aqui deve ser feito à perspectiva aglutinada, principalmente, a partir da proposta da DESAL (1967) para a qual, de um lado, marginalidade representava os mecanismos de exclusão

Com esta argumentação enfatizamos que a “teoria da marginalidade” nos remete⁴ à teoria da modernização que, numa abordagem macrosociológica e sustentada nos referenciais do estrutural - funcionalismo, problematizava a questão do desenvolvimento a partir da dinâmica integração/não integração, tendo como horizonte a industrialização. Através da consideração de etapas que se sucedem, tratava-se de ajustar os termos de desequilíbrio - que são disfuncionais -, e que correspondem à ausência de integração entre diversas estruturas sociais.

Se o desenvolvimento é gerador de desequilíbrios, pela coexistência de padrões polares arcaicos e modernos, a marginalidade é compreendida como persistência de fatores tradicionais, que revelam a ausência do conjunto de atributos ou características que integram o outro polo. A apreensão da realidade é capturada por uma perspectiva dualista no confronto entre o arcaico e o moderno, entre o centro e a periferia, entre o rural e o urbano que precisava se superar através do desenvolvimento.

O ambiente cognitivo e institucional do desenvolvimentismo em que se moveram as diferentes vertentes cepalinas se encontrava centrado na questão do desenvolvimento/subdesenvolvimento, problematizando a industrialização na situação periférica dos países latino-americanos não rompendo, no entanto, com a dualização em sua abordagem. A atenção a este debate nos permite destacar que a “questão social”, naquele período, estava remetida à discussão de fundo, ou seja, inserida na moderna sociedade industrial. É no seu bojo, inclusive, que o trabalho passa a receber centralidade na enunciação do social.

De um lado, na vertente estrutural-funcionalista tratava-se de superar, através de mecanismos institucionais mobilizados frente aos diferentes pro-

e, de outro, tratava-se da sua não participação junto aos recursos e decisões institucionais.

No entanto, como adverte Kowarick (1975), não se tratava de uma postura de ruptura ou de conflito, na medida em que a ausência de organização por parte dos grupos marginais considerava o indivíduo como unidade de análise, caracterizando os traços sócio-culturais e sócio-econômicos como impeditivos de sua inserção nos marcos da sociedade. Ainda que pudesse conter traços da teoria funcionalista e influenciar as formulações da Teoria da Modernização, o raciocínio propriamente desalino se limitava a descrever o fenômeno e a obter soluções práticas, não se constituindo em uma formulação teórica, cfm Kowarick (1975); Machado da Silva & Ribeiro (2001b).

⁴ A teoria da marginalidade se constitui como uma “versão tópica”, a contraface da teoria da modernização. No interior desta última, tratava-se de problematizar o fenômeno da pobreza, buscando analisar as dificuldades dos problemas do desenvolvimento (Machado da Silva, 1983). Kowarick (1975) também destaca que o conceito de marginalidade se prestou a diferentes interpretações tanto no que concerne à gama de temas para aos quais era remetido, quanto no que se refere às perspectivas teóricas adotadas.

*blemas sociais*⁵ - também recortados em uma série de programas governamentais -, as condições de atraso, fazendo confluir em direção às sociedades modernas e industriais. De outro lado, no campo histórico-estrutural, a abordagem da marginalidade propõe uma ruptura com a abordagem funcionalista, na medida em que sua crítica terá como suporte o referencial marxista numa lógica completamente distinta e que implica, necessariamente, em outra concepção de sociedade e, conseqüentemente, da pobreza.

A partir de uma compreensão convergente que caracteriza esta articulação entre os *fatores internos e externos* do modo de produção capitalista, considerados globalmente, que avanços ocorreram no campo do marxismo, especialmente quanto à apreensão dos problemas colocados por uma estrutura ocupacional marcada pela heterogeneidade. Na Teoria da Dependência, a problematização é reportada aos marcos do processo de acumulação capitalista, introduzindo a compreensão das *formações sociais*⁶, procurando superar aquela visão dicotomizada do problema do desenvolvimento/subdesenvolvimento. Tratava-se, neste sentido, de explicar o processo de integração da força de trabalho no processo produtivo numa economia, que passava a ser articulada e se expandia em moldes tipicamente capitalistas, mas que, frente às tendências de universalização do trabalho assalariado no capitalismo central, não se conformava, na periferia, de forma idêntica.

Também, em uma “crítica à razão dualista” (Oliveira, 1972), foram evidenciadas as “funcionalidades” da imbricação entre o “arcaico” e o “moderno” na estruturação *desigual e combinada*⁷ da economia e mercado de trabalho nacionais. Com a ruptura com o conceito de subdesenvolvimento (precisamente uma ‘produção’ da expansão capitalista), foram superadas as formas aparentes daquela cisão, evidenciando como, no processo real do desenvolvimento capitalista, a articulação entre ambos representa “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários”⁸.

⁵ Referência à problematização de Topalov (1994; 1996) quando este evidencia a “institucionalização” da questão social a partir do recorte em diferentes “problemas sociais” que viabilizaram sua diluição como um mecanismo de acomodação de conflitos. Os “problemas sociais” fracionados surgiam, então, sob os enunciados técnicos e científicos, baseados em relações causais que constituem e são constituídas pelos diferentes âmbitos da reforma.

⁶ Foi, também, neste contexto, que as classes sociais foram problematizadas tendo em conta as especificidades das sociedades latinoamericanas. Ver, por exemplo, Fernandes (1975).

⁷ A este respeito ver Kowarick, 1975; Oliveira, 1972; Prandi, 1978.

⁸ O paradoxo se dá “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporte a acumulação industrial urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo” (Oliveira, 1972: 36).

As especificidades particulares do nosso padrão de desenvolvimento a partir do pós-1930 são, então, detalhadas numa articulação das dimensões políticas e econômicas e numa ruptura com o “classicismo” presente em alguns trabalhos: a não destruição completa do antigo modo de produção; o populismo como a forma política assumida; a criação de uma ampla periferia - diferente do modelo clássico, onde a periferia necessitava ser absorvida pelas relações de produção - que passa a influir na estruturação e composição do setor terciário e sua funcionalidade na reprodução da força de trabalho; a queima de etapas na absorção das transferências de tecnologia (Oliveira, 1972).

A visão sobre o capitalismo *dependente* concebido como referido a uma única lógica estrutural permitia, então, compreender as características da divisão social do trabalho como comportando a combinação do trabalho assalariado com a permanência de outras formas de inserção, não tipicamente capitalistas, que integram o processo de acumulação. As relações entre campo e cidade, as questões demográficas informavam, de um lado, o conjunto das pré-condições da expansão econômica latinoamericana. De outro, nas características das diferentes fases de nossa industrialização combinavam as transferências de tecnologia e a incorporação lenta da mão-de-obra nos empregos da indústria, informando as nuances de uma oferta ilimitada de mão-de-obra (Kowarick, 1975).

Foi naquele contexto que os trabalhos de Nun (1969) e Quijano (1966) significaram um “divisor de águas” (Machado da Silva, 1983), nas formulações sobre *marginalidade* urbana, que procurariam dar relevo às características de uma estrutura desigual, onde a inserção na estrutura ocupacional não ocorria de maneira homogênea. Esta nova leitura contribuiu para discutir o comportamento do emprego e do mercado de trabalho na dinâmica entre atividades tipicamente capitalistas e a manutenção, destruição e recriação de formas de produção não capitalistas⁹, representando também um marco no tratamento da “questão social” remetida a classificações vinculadas à atividade produtiva (Machado da Silva & Ribeiro, 2001b).

Para Quijano (1966), a marginalidade representava uma dada relação entre um ou mais elementos da sociedade e o seu conjunto. E é esta relação que definia a situação destes elementos na sociedade global, exigindo que se examinasse a natureza de suas condições de integração. Ainda que se reportasse a um enfoque também estruturalista, esta integração é problematizada como *conflitiva e descontínua* e condicionada historicamente - cerne da distinção histórico-estrutural na concepção de sociedade.

⁹ Dirigida à mesma temática, a noção do “*informal*” surge, em uma versão, técnica e no bojo das formulações encaminhadas pela OIT. Ver, especialmente, Machado da Silva, 1983;1993; Machado da Silva & Chinelli, 1997; Souto de Oliveira, 1990; Lautier (1997) Quijano (1998) e Nun (2000).

A integração da sociedade passou a ser problematizada em suas múltiplas dimensões, enfocando as diferenças nos tipos de sociedade e as interações dos diversos setores de instituições, que lhes conferiam sua estrutura básica e concreta e que distinguem a “integração da sociedade” e a “integração na sociedade”¹⁰, configurando a estrutura global das sociedades complexas de forma hierarquizada.

Nas sociedades complexas, a estrutura hierárquica em seus planos e níveis expressava um “sistema de dominação social” resultante das descontinuidades e incongruências históricas e universais dos elementos que a integravam. Os conflitos sociais que esta hierarquização dos elementos institucionais promoveu espelhavam as “situações sociais” de seus membros configuradas em determinados “interesses sociais” (Quijano, 1966).

Situado no nível genérico, o conceito de *marginalidade social* distingue duas dimensões analíticas principais: “a limitação na pertinência e na participação na estrutura geral da sociedade e a inconsistência da estruturação da situação resultante”. Nestas dimensões, a marginalidade como *situação social* permitia estabelecer uma *configuração* e não uma visão em separado (Quijano, 1966:23). Esta proposição genérica só se constituiu em ferramenta analítica na medida em que o conceito englobava fenômenos concretos e é, neste sentido, que são distinguidas diferentes modalidades de *marginalidade social*, ressaltando as especificidades das sociedades.

Em uma produção recente, Quijano (1998) sintetiza suas formulações anteriores. No que se refere ao conceito de *polo marginal*, a *radicalidade* do fenômeno da marginalidade é reportada a uma única estrutura de poder, hegemonizada pelas tendências do capitalismo e que expressavam as mudanças nas relações entre capital e trabalho e, mais especificamente, em relação ao trabalho assalariado. O desenvolvimento tecnológico e o controle capitalista do Estado apoiam as mudanças da tendência de um predomínio do trabalho acumulado sobre o trabalho vivo, implicando num crescimento de mão-de-obra *sobrante* em relação às necessidades do trabalho assalariado.

Nesta formulação, o *polo marginal* congrega o conjunto das ocupações/atividades situadas junto aos recursos residuais da produção comportando relações sociais precárias e instáveis, de ingressos reduzidos. Configura-se, também, de forma incompleta em termos de “salários” e de “lucros”, e os bens e serviços produzidos se dirigem à fração populacional de trabalhadores marginalizados. Ressaltamos, também, a preocupação em situar a questão em termos de dominação, ao configurá-la no nível mais dominado da estrutura de poder (Quijano, 1998).

¹⁰ Ver a este respeito a crítica de Cardoso (1979a) às formulações de Quijano.

Kowarick (1975) destaca, no entanto, alguns aspectos não equacionados por esta formulação ainda que a marginalidade estivesse reportada ao “processo macroestrutural que caracteriza as economias latinoamericanas”. As lacunas a serem superadas estavam relacionadas, principalmente, à necessidade de conferir especificidade à “mão-de-obra marginal”, de forma a não reportá-la, genericamente, aos “grupos sociais ‘excluídos’”, o que levaria a perder a força explicativa, redundando num processo genérico que incluiria formas diversas de apropriação do excedente.

De outro lado, a argumentação é problematizada, também, no sentido de conferir uma maior complexidade, superando uma visão bipolarizada entre os núcleos hegemônico (monopolista) e marginal¹¹. Destaca-se, especialmente, a imprecisão que a noção de *polo marginal* pode levar quando introduz uma concepção bipolarizada do sistema econômico entre as formas “marginal” e “evoluído”. Neste sentido, a explicação de como se “*combinam*” estas formas “*desiguais*” fica ausente ou obscurecida. Ainda que a transferência do excedente gerada por um setor marginal possa não representar uma participação significativa no produto global, este setor não é auto-suficiente e está integrado à economia de mercado. Neste sentido, destaca a participação que os serviços e produtos gerados nos “setores marginais” exerce em termos de uma “infra-estrutura de custos”, impactando como mecanismos que interferem na *reprodução da força de trabalho*¹² (Kowarick, 1975:103-105).

A problematização da marginalidade social como situada no nível das relações de produção foi problematizada por Nun (1969) para introduzir um novo conceito - o de *massa marginal*. Esta perspectiva é trabalhada, também, no campo histórico - estrutural, a partir de uma diferenciação das categorias marxianas de *superpopulação relativa* e de *exército industrial de reserva* como correspondendo, distintamente, os *processos que geram* uma população excedente e os *efeitos* que esta provoca no sistema¹³.

¹¹ Ver no encaminhamento da argumentação, também, a problematização de Singer *apud* Kowarick (1975). Consideramos ser importante reter estas críticas, na medida em que elas guardam, contemporaneamente, relevância nas formulações sobre a crescente fragmentação e segmentação dos mercados de trabalho e de bens e serviços, tanto em relação à introdução de dispositivos organizacionais do trabalho em termos de subcontratação, quanto nos processos de “informalização” das atividades e das ocupações.

¹² Conforme já apontado anteriormente e que implica na necessária superação desta bipolaridade ainda presente na abordagem.

¹³ A leitura althusseriana das categorias originais elaboradas por Marx é realizada a partir da distinção entre modo de produção e formações sociais. No estudo da América Latina, a partir da consideração do conceito de formações sociais, é possível distinguir a coexistência das três fases comercial, competitiva e monopolista

A *massa marginal* era então problematizada como relacionada à funcionalidade variável exercida pela população excedente, quando se considera a coexistência de processos de acumulação diferenciados e distintos no interior da fase monopolista. Quando reportada ao setor monopolista, a *superpopulação relativa* pode representar uma disfuncionalidade - *massa marginal* - em relação ao setor produtivo hegemônico, ao mesmo tempo em que significa um exército industrial de reserva para o setor competitivo, indicando as relações com os mercados de trabalho de cada um dos setores.

Em sua produção mais recente, Nun (2000) reafirma a consideração do conceito de *massa marginal* e o da categoria de exército industrial de reserva como remetidos às relações entre a população excedente e o sistema que lhe dá origem. Destaca, também, que uma análise em termos da funcionalidade da *superpopulação relativa* não é suficiente - embora necessária - à explicação do comportamento da população excedente, sinalizando para as mudanças operadas: a passagem à fase monopolista; a intensificação da internacionalização do capital e as profundas modificações ocorridas na estrutura ocupacional no século passado.

O essencial a se reter destas duas abordagens é a sua remissão ao processo de acumulação capitalista, compreendendo que as diferentes formas de uso social do trabalho lhes são inerentes. A ruptura com uma "dualização estrutural" permite o avanço no sentido de superar o paradoxo de se pensar segmentos de uma sociedade que não a integram. Ainda que não isenta de problemas, o mérito destas formulações está no deslocamento de uma referência aos mercados de trabalho e de consumo para remetê-la às condições de produção, ou seja, da acumulação capitalista (Machado da Silva, 1983).

Nesta mesma linhagem e de forma complementar, outros estudos desenvolvidos procuraram problematizar a articulação entre os diferentes modos de uso social do trabalho. Relacionados à tematização mais ampla, estas formulações procuraram superar aquela concepção da *falta de algo* para evidenciar a unidade e a vinculação estrutural entre formas não capitalistas de produzir e o processo global.

na geração de processos específicos que engendram a funcionalidade ou a disfuncionalidade da população excedente, impactando na diferenciação crescente do mercado de trabalho nestas economias (Nun, 1969). Ver, também, Nun, 2000; Machado da Silva, 1983;1993 e as críticas de Kowarick (1975) e de Cardoso (1979b). Este último destaca, em sua crítica, principalmente, a distinção realizada por Nun na especificação do conceito de superpopulação reportado à *população em geral* e não à *população trabalhadora*; a leitura althuesseriana de Marx e a problematização realizada tendo como referência os Grundrisse.

Ao estudar o *trabalhador por conta própria*¹⁴ Prandi (1978), por exemplo, procurava, justamente, desenvolver esta idéia: a de que apesar desta categoria não se incluir nas relações de produção capitalista, também não se constitui e não é passível de ser explicada fora do processo de acumulação capitalista. Assim problematizada, tornava-se possível estabelecer a dinâmica entre trabalhadores “regulares” e “irregulares” e, mesmo, as formas de estratificação social a partir da oposição entre trabalhador por conta própria e trabalhador assalariado. Esta problematização se inscreve no sentido de ser um “produto de formas diferentes de inserção na estrutura produtiva, que as separam quando se busca elucidar as maneiras pelas quais estas duas categorias estão submetidas ao capital” (Prandi, 1978:27).

A forma de estratificação social baseada nos critérios de consumo ou de rendas de trabalho/consumo que estavam no quadro de referência de explicação destes trabalhadores - tanto aqueles equalizados no âmbito de uma “cultura da pobreza”, quanto aqueles que, com sua posição ocupacional de “autonomia”, eram reportados às camadas médias - é então reposta e problematizada a partir de uma outra *classificação*. Esta procura dar conta de ambas as formas de uso social do trabalho, no quadro das redefinições das relações entre capital e trabalho, aproximando-as e contrapondo-as em termos de exploração e de reprodução da sociedade nos marcos do capitalismo e no modelo de acumulação no Brasil.

Ao procurar explicar como e porque o trabalhador por conta própria participa da acumulação, a resposta é encontrada na esfera da reprodução da força de trabalho enquanto barateamento do custo global. No entanto, esta forma residual e anacrônica se insere de forma secundária e complementar e é vista como tendo a tendência de ser subordinada pela proletarização, pelo assalariamento, no qual a categoria trabalhador por conta própria poderia vir a se constituir de forma competitiva com a empresa capitalista¹⁵ (Prandi, 1978).

¹⁴ Ele é compreendido, neste estudo, como o trabalhador que não tem qualquer vínculo empregatício, nem como empregado, nem como empregador. As expressões “trabalhador por conta própria”, “trabalhador independente”, “trabalhador autônomo” ou “auto-empregador” são “usadas como sinônimos, procurando-se excluir, na medida permitida pelos dados [...] analisados, o trabalhador assalariado disfarçado de autônomo e que desempenha atividades remuneradas na forma de tarefas” (Prandi, 1978:26).

¹⁵ Perspectiva esta que, ainda que capturada em uma angulação diferente, surge como um referencial cognitivo e propositivo a partir dos anos 1980, e que permanece de forma cada vez mais incisiva nas formulações tanto na mídia, quanto em diferentes instituições no que se refere ao processo de “informalização” e às “virtudes” do empreendedorismo. Ver a respeito Machado da Silva & Chinelli, 1997; Cacciamalli (1997;1999); Theodoro (2000) Lummertz (2001; FIESP/CIESP (s.d.). Sobre o par empreendedorismo / empregabilidade em suas dimensões instrumental-adaptativa e simbólica-ideológica conferir em Machado da Silva (2002)

O avanço analítico se fez, na década de 1980¹⁶, quando houve preocupação em articular as diferentes formas de organização da produção. Exemplar desta reformulação no tratamento conferido ao trabalho e, ainda articulando as diferentes modalidades de produção e de uso social do trabalho, está na coletânea organizada pelo CEBRAP a partir de pesquisa realizada em parceria com a UFBA.

Em um dos estudos, a problematização do progresso e da miséria, do desenvolvimento econômico e da marginalização - considerados como faces de um mesmo processo - é reportada à lei geral da acumulação capitalista. Tendo como unidade de análise a economia urbana de Salvador/BA, como caso exemplar, esta é tomada como um *meio* no qual se processam a criação, recriação e destruição das diferentes modalidades produtivas, evidenciando a interpenetração na economia de formas capitalistas e não capitalistas de produzir (Singer, 1980).

Nesta formulação há uma preocupação em articular dois critérios principais: o de controle ou propriedade dos meios de produção (capitalistas ou não) e o de destino do produto, permitindo a distinção entre “modos de produção de mercadorias” e “modos de produção de valores de uso”, evidenciando o convívio e as conexões entre os serviços propriamente produtivos e aqueles relacionados à reprodução. O ordenamento classificatório introduz “cortes” analíticos importantes¹⁷, ao estabelecer distinções e especificidades entre os diferentes modos de produção, ainda que considerados em uma economia que é capitalista.

Este tratamento da economia urbana permite trazer à análise dimensões políticas, sociais e culturais na articulação das diferentes modalidades de uso social do trabalho na dinâmica entre produção e reprodução social. Como ilustração destaca-se, por exemplo, a *produção estatal*. Enquanto comando e controle da sociedade esta explícita não só subsídios ao capital em termos de barateamento nos custos da reprodução da força de trabalho, mas caracteriza-se, também, por *serviços de consumo coletivo* que imprimem a modelagem de determinados comportamentos. Da mesma forma

¹⁶ O recorte em datas nem sempre contém uma precisão na demarcação dos processos sociais. Pode-se dizer que um giro interpretativo já aparece em fins dos anos 1970. A preocupação em transcender uma abordagem restrita ao âmbito da produção já aparece em outros trabalhos. Por exemplo, ver Leite Lopes & Machado da Silva (1979).

¹⁷ É importante ressaltar que são feitas referências a trabalho anterior em que se fundamentam estas “categorias classificatórias” e que não tivemos oportunidade de revisar. As principais categorias permitem estabelecer diferenciações para além da conformação tradicional entre setores primário, secundário e terciário. Este último, por exemplo, é detalhado em “serviços de produção”, “serviços de consumo coletivo”, “serviços de consumo individual” e “produção doméstica” (Singer, 1980).

atua, também, a *produção doméstica*, mas já trazendo as características de mudanças operadas em que determinadas tarefas antes empreendidas pelo grupo familiar começam a ser incorporadas por serviços produzidos no âmbito propriamente capitalista, ou no *modo de produção simples*, distinguindo valores de uso e mercadorias.

A partir da análise da participação na produção por sexo, é explicitado o papel da divisão sexual do trabalho¹⁸, o que permitiu evidenciar transformações na inserção das mulheres em atividades situadas no âmbito da produção doméstica e as transições na incorporação de sua força de trabalho nos *serviços de consumo coletivo* ou na indústria de confecções, por exemplo.

Outros “cortes” realizados pela pesquisa são aqueles que tomam a posição na ocupação¹⁹ e local de trabalho, permitindo-nos identificar formas organizacionais de produção nos diversos setores de atividades e estabelecendo diferenciações entre aqueles que participam na produção ou no consumo do excedente social e a que busca estabelecer as relações entre renda e ocupação, e que evidenciam “a heterogeneidade da estrutura social e do processo de transformação a que [está] [...] sujeita” (Singer, 1980:62) Sem nos determos nos meandros das classificações operadas é importante reter desta formulação, no entanto, a complexidade em que é problematizada a articulação entre as diferentes formas de produção social e de uso social do trabalho.

De forma complementar, ainda que retendo a característica de uma pulverização da temática, como argumenta Machado da Silva (1983), podemos fazer referência, no campo da Sociologia do Trabalho, a uma reorientação também da discussão dos anos 1960/1970, que procurou articular as dimensões fabril e extrafabril na problematização. A ênfase já não estava, portanto, tão centrada, exclusivamente, nas relações postas no âmbito microeconômico da produção, mas na articulação entre condições de vida e de trabalho.

Como reflexo de uma reorientação teórica internacional, foram produzidos estudos sobre os processos de trabalho, que procuraram estabelecer e dinamizar as dimensões do “mundo da vida” e do “mundo da fábrica”. Se no âmbito dos processos de trabalho, havia uma preocupação em refletir as condições de sua realização, as relações de trabalho estabelecidas, o papel da gerência nas dimensões do controle e do conflito; de outro lado, as formulações procuraram, também, estabelecer as conexões com os “modos de vida”, articulando-se as dimensões do cotidiano na problematização teórica²⁰.

¹⁸ Ver, também, na mesma coletânea Jelin (1980).

¹⁹ “ (...) basicamente: empregado, empregador, por conta própria e dona de casa” (Singer, 1980: 53).

²⁰ A bibliografia é extensa. Um balanço de produções relevantes é encontrado em Castro & Leite (1994) e quanto à problematização das vertentes teóricas do processo de trabalho em Ramalho (1991).

Ainda na direção desta mudança dos ângulos analíticos, podemos dizer que, no contexto do processo de democratização da sociedade brasileira e frente à dinâmica da emergência dos movimentos sociais urbanos dos anos 1970/1980, outras representações procuram se afirmar, pelo menos em parte expressiva da produção sociológica. A problematização do social passa a capturar os trabalhadores em uma nova conformação, buscando desvendar suas formas de coletivização e de identidade. Para Sader & Paoli, estes estudos permitiram “uma ruptura no sistema explicativo no qual se alojam as representações sobre a singularidade da dinâmica de classes no Brasil” (1986:40).

Compreendemos que se trata de uma outra abordagem de enunciação do social e do tratamento conferido a certos segmentos sociais e que articula as relações entre o Estado e os problemas urbanos, procurando ater-se aos “esquemas de representação que estão atuando na apreensão da especificidade [da] história”. Seu mérito está, pois, em procurar justamente estabelecer os vínculos entre prática e representação e que explicitam, também, aquela articulação entre os conteúdos valorativos e cognitivos com os projetos de intervenção social²¹. É importante recuperar que estas novas formas de organização dos trabalhadores, ainda que pontuais, alteram a dinâmica das relações entre sociedade civil e Estado. No que aqui nos interessa, há um questionamento ali, no interior da problematização sobre as classes sociais, do “âmago da determinação e da figuração tradicionais sobre o lugar, os limites e as possibilidades dos trabalhadores e de suas ações na história” (Sader & Paoli, 1986:41).

A problematização do “elo perdido” (Oliveira, 1987) permitiu também, no campo do marxismo, estabelecer articulações entre as dimensões econômica e política pelo resgate da história e do estudo das formas diferenciadas de inserção na estrutura produtiva. Ainda que tendo como campo de investigação a realidade de Salvador e da Bahia, a problematização realizada permitia apreender traços singulares na formação das classes que podem, guardadas as considerações devidas, ser extrapoladas para a realidade brasileira. Numa perspectiva que considera o “fazer-se das classes”²², são identificados os principais *elos de identidade* que se quebram ou se constituem de forma precária, quando se busca compreender e explicar a dinâmica das classes sociais em sua especificidade baiana e nordestina e, em articulação com a formação sócio-histórica e política brasileira. Reconhecendo as classes sociais neste registro, trata-se de considerar não apenas sua dimensão es-

²¹ Cfm Topalov (1994;1996) *op cit*.

²² Referimo-nos aqui ao trabalho de Thompson (1987), embora no texto não exista uma referência explícita à sua produção - desta forma, é o nosso olhar que faz essa leitura das “entrelinhas” da brilhante contribuição de Oliveira (1987).

trutural mas, também, sua dimensão histórica, estabelecendo o caminho dialético entre as condições materiais e objetivas da divisão social do trabalho e das relações de produção e de sua re-produção, não pelo simples “retorno da produção”, mas como o “movimento no qual e pelo qual a objetividade se re-presenta” (Oliveira, 1987).

Desta forma, de um lado, trata-se de reconhecer a existência das condições objetivas da produção que materializam ou que ancoram as classes objetivamente no processo de produção (dimensão estrutural). De outro, elas só se reproduzem pelo reconhecimento de um “equivalente geral”, que possibilita a reciprocidade, pelo inter-reconhecimento do discurso. É, portanto, ancorada neste movimento e através da “trama insubstituível das mediações” que, historicamente, as identidades se constroem e re-constroem (Oliveira, 1987).

A partir desta abordagem se torna possível problematizar a dinâmica de formação de classes em uma sociedade na qual se a dimensão formal apresenta vários atributos de sua existência, esta não é de todo completa. E, principalmente, na dimensão subjetiva, esta ausência não possibilita a estruturação das identidades. É, neste sentido, e a partir de uma leitura inicial da história anterior à industrialização e da divisão do trabalho a partir de 1950 que foram encaminhadas, na abordagem, a dinâmica entre a dimensão histórica e a materialidade da inserção objetiva no processo de produção.

No recorte específico da investigação que toma o período posterior a 1970, se torna possível verificar a articulação com as identidades precárias “herdadas” do período anterior à industrialização e em seu próprio desenvolvimento. Mas, também, acrescenta os novos traços sócio-culturais e econômico-políticos que inflexionam os limites da constituição de identidades. Enfatizamos que, ainda que o convívio de diferentes modalidades de inserção produtiva e de uso social do trabalho sejam problematizadas, reportando-se ao quadro de referência anterior no campo do marxismo, é possível identificar a preocupação em apreender a dimensão material em confluência com as dimensões histórica e política. É a partir destas diferentes *mediações necessárias* que Oliveira (1987) traça o percurso de apreensão da formação e da quebra dos *elos de identidade*.

Destacam-se, neste sentido, os limites postos por um *mundo do trabalho* fragmentado, no qual convivem representações diversas relacionadas às formas de inserção produtiva e metamorfoseado pela introdução da indústria petroquímica na Bahia. O convívio do trabalho assalariado, do trabalho informal, das camadas médias do Estado e, posteriormente, daquelas vinculadas à indústria estabelece os limites na construção das identidades, na medida em que o *outro* com o qual se põem em relação não é o mesmo e, em alguns casos, está ausente. A localização sócio - produtiva diferenciada dos traba-

lhadores refletem, também, a fragilidade ou o poder político que têm e confluem nas mediações entre produção e reprodução, explicitando as características postas pela dimensão objetiva no processo de subjetivação.

A flexibilização do trabalho e a agenda contemporânea a partir dos anos 90

Esta aproximação preliminar que fizemos da categorização do trabalho, baseando-nos nas referências selecionadas, nos permite afirmar que, até o final da década de 1970, prevalece um referencial cognitivo e valorativo centrado, principalmente, na expectativa em direção ao assalariamento como o norte, o horizonte a ser alcançado pelas sociedades periféricas. Neste sentido, em particular, as análises convergiram, mesmo que com perspectivas teóricas diferenciadas, quando se trata da crença no sentido do *progresso* e da tendência em direção à *sociedade salarial* - e isto, principalmente, porque partem do quadro de referência clássico.

As formulações divergem, no entanto, substancialmente, na medida em que a compreensão de sociedade é inteiramente distinta. No campo do estrutural - funcionalismo, tratava-se de uma integração com vistas a acomodar a sociedade, harmonizando os conflitos sociais que eram fonte de disfunções. No campo do marxismo, consideramos que as formulações produzidas permitiram a criação de polêmicas e tensões frente a problematização realizada na América Latina e no Brasil, procurando capturar as *especificidades particulares*²³ do capitalismo periférico em sua articulação à dinâmica global²⁴.

Pontuamos que estas formulações permitiram que a sociedade e a economia latinoamericanas e, especialmente, a brasileira, fossem problematizadas procurando avançar e superar, também, uma tendência inicial que se centrava, principalmente, na dimensão econômica, sendo a dimensão política ou desconsiderada ou relegada a segundo plano. Neste sentido, as análises se detiveram em tratar a concepção de complementaridade das modalidades de uso social do trabalho, explicadas a partir do papel que desempenham no sistema econômico e nas especificidades particulares da formação social e política brasileira.

Em termos de tratamento da "questão social", se o horizonte era a ascensão à *sociedade salarial*, esta não recebeu, no caso brasileiro, a extensão dos padrões de proteção social atingidos no *Welfare State* europeu. Embora o corte nos *problemas sociais* possa ser localizado também na versão nacional, consideramos que a não conformação de uma sociedade tipica-

²³ A expressão é de Oliveira (1972)

²⁴ Ressalvamos que, neste trabalho, nos detivemos no significado geral destas formulações.

mente salarial teve como corolário uma regulação social e política que, tendo seus marcos de inauguração em 1930, tendeu a circunscrever a “questão social”, exclusivamente, no seu vínculo com as relações de trabalho. Embora possa ser considerado um truísmo, é importante reafirmar que o Brasil se deteve numa regulamentação jurídica e política que delimitou os direitos sociais ao domínio dos direitos do trabalho, fundados no conceito de “cidadania regulada” (Santos, 1987). Se a partir dos movimentos sociais e do próprio processo de democratização da sociedade que culminaram na Constituição de 1988 há uma direção no sentido, pelo menos no plano jurídico e legal, de universalização de direitos como uma tematização diferenciada do *social*, este processo colidiu, no entanto, com o quadro de crise e reestruturação do capitalismo com suas inflexões principais, no âmbito nacional, a partir de 1990.

A partir da centralidade conferida à noção de flexibilidade no contexto de reestruturação produtiva e que tem sua origem no próprio processo produtivo, novas estratégias de uso e gestão do trabalho são viabilizadas a partir da externalização de atividades e na confluência dos processos convergentes de terceirização e terciarização econômica. Neste sentido, os mercados de trabalho e de bens e serviços são cada vez mais referidos pelo conjunto de características do trabalho informal e tendo como suporte os atributos veiculados de autonomia, flexibilidade e polivalência (Oliveira, 2000).

Diante destas reflexões o questionamento que se coloca é: quais têm sido, pelo menos como referente empírico, as questões que se colocam na agenda contemporânea?

As respostas nos indicam tendências diferenciadas, entre as quais destacamos: parcerias, exclusão social, informalidade, empregabilidade, competência, precariedade que são palavras que condensam noções²⁵ que vêm servindo para qualificar o caleidoscópio dos processos sociais em curso. Noções que têm contribuído para atribuir significado à temática do desemprego e das “novas” formas de uso e gestão social do trabalho. Estas noções estão na mídia, nas pesquisas de opinião, nos discursos governamentais e empresarias e nos diálogos ou monólogos do senso comum e, sobretudo, constituem a trajetória errante de muitos.

No plano acadêmico, representam temáticas constitutivas de objetos de investigação e categorização recorrentes na análise das transformações

²⁵ Neste trabalho não nos detivemos, em detalhe, no tratamento das diferentes noções que aparecem no debate e que são formuladas no “deslocamento do eixo da enunciação do social contemporâneo” (Machado da Silva & Ribeiro, 2001a). Todavia, são estas as questões que ficam na continuidade deste trabalho e em relação as quais queremos afirmar o necessário cuidado analítico para que não se converta numa simples transposição da apreensão empírica para as formulações acadêmicas.

contemporâneas. Percorrem, também, um número ilimitado de campos disciplinares, com diferentes referências teóricas, empíricas e cognitivas. Mais que sínteses e conclusões consensuais, o debate tem evidenciado um espaço por onde transitam arestas, divergências e dificuldades conceituais e interpretativas dos problemas que evoca (Machado Silva & Chinelli, 1997).

Há entre estas noções e categorias uma proximidade que as une e solidariza: a definição ou explicação de uma dada situação ou posição na estrutura social pela via “negativa”²⁶, pelo que não é, pelo que falta ou pela ausência de pertencimento social. Similar às formulações acadêmicas e teóricas sobre a “marginalidade” ou “informalidade”²⁷ para explicar as situações de não incorporação à estrutura produtiva, ocupacional e/ou social, trata-se de equacionar o tema tendo como suporte a referência ao seu reverso. No entanto, nos parece, que o caminho percorrido na produção teórica procurou, também, banir aquele ideário que colocava determinadas categorias representadas como se não fizessem parte da mesma estrutura social. As questões que ficam, na atualidade, acenam para o risco de se reportar às diferentes formas que redundam da flexibilização do trabalho como se fossem todas similares e/ou indiferenciadas, ou ainda - o que é pior - tratando a ordem social de forma dicotomizada.

Em outras palavras, no contexto social latinoamericano e, naquele período, a imagem persistente à qual se reportava o pensamento social, como vimos, se espelhava no modelo clássico de desenvolvimento do capitalismo para, a partir dele, discutir a nossa versão. Neste sentido, consideramos que ainda que para a realidade brasileira a *sociedade salarial* tenha sido sempre uma perspectiva colocada como horizonte - o de se ascender a ela -, é no quadro normativo-institucional e cognitivo ali estabelecido que se problematizava esta sociedade.²⁸

Por certo, afirmamos que, com estas considerações, queremos trazer à evidência que o conjunto de transformações em curso, longe está de ser explicado de forma reduitiva e homogênea e, sobretudo e por isto mesmo; que se reconheça que significam situações diferentes em diferentes tempos e lugares. Se é necessário que sejam recuperadas ou reconstruídas categorias

²⁶ Sobre a definição e a construção de conceitos “em negativo” ver Castel (1999) quando este constata que não há palavras “para dar conta da unidade da multiplicidade dos problemas sociais que substituíram o tratamento da questão social tal como foi orquestrada em dispositivos integradores da sequência histórica que vai até os anos sessenta do século XX”.

²⁷ Sobre uma linha de continuidade entre a proposição da teoria da marginalidade e a discussão atual da exclusão social, por exemplo, ver Machado da Silva (2002).

²⁸ Ver a respeito Machado da Silva & Chinelli (1997) Cardoso (2000); Telles (2001); Machado da Silva (2002).

e conceitos que possam, efetivamente, servir de suporte à apreensão e análise das mutações contemporâneas, e longe de se querer cair numa apreensão do senso comum do tipo “cada caso é um caso”, o que temos por objetivo é evidenciar que apenas pela compreensão de processos que se constroem e se (des/re) constroem, que se pode recuperar as similaridades, as equivalências e as “constantes”, como argumenta Castel (1999).

Na luta classificatória que se expressa em diferentes formas de tratamento, por exemplo, do mercado de trabalho segmentado e fragmentado, especialmente na apreensão do desemprego e do processo de “informalização” do mercado e das ocupações estão presentes, também, diferentes categorizações, com suas referências cognitivas e valorativas e que, conseqüentemente, retratam distintas perspectivas propositivas para o *social*²⁹. As concepções de trabalho assalariado e de emprego e suas contrafaces³⁰ constituem e revelam também as perspectivas e alternativas do tratamento conferido à questão social expressos nas formulações das diferentes políticas. O papel cognitivo e galvanizador do debate, ainda que ambíguo, que a categoria informal teve, no passado, na problematização e entendimento analítico de reverso da medalha do trabalho assalariado na realidade latinoamericana (Machado da Silva, 1993) acaba por imputar, na atualidade, portanto, uma polissemia. Esta, mais que esclarecer, confunde e embaralha, além de permitir a reposição da dualidade e, o que é ainda mais grave, naturalizando as diferentes formas de uso e gestão do trabalho em crescente processo de precarização.

Principalmente, trata-se também de argumentar - com Cardoso (2000), com Telles (2001) e/ou com Oliveira (1999) - a correção de que, na produção teórica latinoamericana e brasileira existia um programa de pesquisa e de intervenção dirigido à problematização das especificidades destas sociedades e economias e que, neste trabalho, procuramos apresentar uma amostra. O que difere, contemporaneamente, é a imposição de uma *racionalidade* que, fundada nas formulações econômicas e centradas em um único discurso, tece a trama de “desconstrução do tecido social” e “desqualifica as leituras alternativas”. Digamos, não só de passagem, que no caso latinoamericano e, especialmente, brasileiro, vem recebendo - em uma metáfora - o tratamento

²⁹ Ver a este respeito, por exemplo, uma síntese das controvérsias teóricas e metodológicas do debate em Cardoso (2000) ou, também, com diferentes recortes em Oliveira & Mattoso (1996). No que toca à mensuração do desemprego, especialmente em IBGE (2000) e DIEESE (1997).

³⁰ Como adverte Nun (2000), é importante considerar as diferenciações entre trabalho assalariado e trabalho assalariado estável e bem remunerado, uma vez que é a partir delas que se pode reter o debate contemporâneo mais amplo sobre a centralidade do trabalho. Esta distinção remete a diferentes compreensões da categoria trabalho e que estão na base das ênfases encaminhadas nas formulações teóricas e acadêmicas como, também, nas propostas diferenciadas de intervenção social.

tal como formulado pela receita e que coloca em questão o próprio horizonte civilizatório. E é por isso mesmo que acreditamos que o percurso - ainda que preliminar - que procuramos aqui realizar, pode constituir alternativas mais fecundas que contribuam para uma problematização que capture as múltiplas dimensões presentes no tratamento do trabalho e do emprego e que contribuam para erradicar uma razão dual que, acreditamos, ainda se faz presente na apreensão da questão social. Foi neste sentido que procuramos apresentar aqui uma revisão, ainda que parcial e preliminar, do tratamento analítico do tema no pensamento social brasileiro e, também, latinoamericano.

Bibliografia:

- CACCIAMALI, M.C., 1997. Flexibilidade: Maior Número de Micros e Pequenas Empresas ou Manutenção da Concentração de Forma Descentralizada?. *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro. IEC, ano II, 1: 46-57. [Qualificação e Informalidade].
- _____, 1999. Informalidade Contemporânea na América Latina. *In Rede IPEA de Pesquisa*. Rio de Janeiro, IPEA. < <http://www.ipea.gov.br> >
- CARDOSO, F. H., 1979a. Participação e Marginalidade: Notas para uma Discussão Teórica. In *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.
- _____, 1979b. Comentários sobre os Conceitos de Superpopulação Relativa e Marginalidade. In *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.
- CARDOSO, A. M., 2000. "Economia X Sociologia: Eficiência ou Democracia nas Relações de Trabalho?". *Dados*, Rio de Janeiro. IUPERJ, v. 43, nº 1.
- CASTEL, R., 1999. *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. Petrópolis, Vozes.
- _____, 1997. As Armadilhas da Exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B. *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo, EDUC.
- CASTRO, N. A. & LEITE, M. P., 1994. A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. nº 37, 1º sem., pp. 39-59.
- DESAL, 1967. *La Marginalidad em America Latina*. Santigado do Chile. DESAL - Centro para el Desarrollo Economico y Social de America Latina. (mimeo).
- DIEESE., 1997. *Elementos para Compreender a Controvérsia sobre as Taxas de Desemprego no Brasil*. São Paulo. DIEESE. <<http://www.dieese.org.br>>.
- FERNANDES, F., 1972. "Classes Sociais na América Latina". In *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*". Rio de Janeiro, Zahar, pp. 33-122.
- FIESP/CIESP, s.d. Indicadores da Micro e Pequena - Representatividade das MPE no Cenário Produtivo Brasileiro. *FIESP/CIESP On Line*. São Paulo. <<http://www.fiesp.org.br>>.
- FRANCISCO, E.M. & CARDOSO, I.C.C., 1993. As Políticas Sociais Empresariais e as Novas Tecnologias de Gerenciamento de Recursos Humanos. In *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, nº 41, ano XIV, abr.
- IAMAMOTO, M. & CARVALHO, R., 1986 *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica*. 5ª ed. São Paulo, Cortez/CELATS.
- IBGE., 2000a. *Pesquisa Mensal de Emprego: Notas Metodológicas*. IBGE, out. < <http://www.ibge.gov.br> >

- JELIN, E., 1980. "A Baiana na Força de Trabalho: Atividade Doméstica, Produção Simples e Trabalho Assalariado em Salvador". In SOUZA, G. A. & FARIA, V. (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, RJ/São Paulo, Vozes/Cebrap, 167-184.
- KOWARICK, L., 1975. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAUTIER, B., 1997. Os Amores Tumultuados entre o Estado e a Economia Informal. *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro. IEC, ano II, 1: 58-92. [Qualificação e Informalidade].
- LEITE LOPES, J. S. & MACHADO SILVA, L. A., 1979. Introdução: Estratégias de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos. In *Mudança Social no Nordeste: Estudos sobre Trabalhadores Urbanos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LUMMERTZ, V., 2001. *Brasileiro um Empreendedor - Só nós que não sabíamos*. In < [http:// www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br) >
- MACHADO DA SILVA, L. A., 1983. "Vida e Morte da Teoria da Marginalidade". In de FIGUEIREDO, E. Lima et al. *Por que Marx?* Rio de Janeiro, Graal.
- _____, 1993. "Trabalho Informal: Teoria, Realidade e Atualidade". *Tempo e Presença*. Nº 269. Ano 15.
- _____, 2002. "Da Informalidade à Empregabilidade: Reorganizando a Dominação no Mundo do Trabalho". *Cadernos CRH* (no prelo). Salvador, UFBA
- _____ & CHINELLI, F., 1997. Velhas e Novas Questões sobre a Informalização do Trabalho no Brasil Atual. *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro. IEC, ano II, 1:24-45. [Qualificação e Informalidade].
- _____ & RIBEIRO, L.C.Q., 2001a. *Programa disciplina: Reestruturação Social e Categorização do Trabalho na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- _____, 2001b. *Anotações de aula*. IUPERJ.
- NUN, J., 1969. "Superpoblación Relativa, Ejército Industrial de Reserva y Masa Marginal". *Revista Latinoamericana de Sociología*, nº 5.
- _____, 2000. "O Futuro do Emprego e a Tese da Massa Marginal". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 56, mar. pp.43-62
- OLIVEIRA, F., 1972. *A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes.
- _____, 1987. *O Elo Perdido: Classe e Identidade de Classe*. São Paulo, Brasiliense.
- _____, 1999. "Privatização do Público, Destituição da Fala e Anulação da Política: O Totalitarismo Neoliberal. In OLIVEIRA, F. & PAOLI, M.C. *Os Sentidos da Democracia: Políticas de Dissenso e Hegemonia Global*. Petrópolis, Vozes.
- _____, 2000. Crise e as Utopias do Trabalho. In KRAYCHETE, G; LARA, F.; COSTA, B. (orgs) *Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Petrópolis, Vozes.

- OLIVEIRA, C.A. A.B. & MATTOSO, J., 1996. *Crise e Trabalho no Brasil*. São Paulo. Scritta, pp.55-85.
- PRANDI, J. R., 1978. *O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo, Símbolo.
- RAMALHO, J.R. , 1991. Controle, Consentimento e Conflito na Teoria do Processo de Trabalho. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. nº 32, Rio de Janeiro, ANPOCS. Relume Dumará, p. 31-48.
- QUIJANO, A.,1966. *Notas sobre el Concepto de Marginalidad Social*. Lima. División de Asuntos Sociales/CEPAL, mimeo.
- _____, 1998. "Marginalidade" e "Informalidade" En debate. In *La Economía Popular y sus Caminos en America Latina*. Lima. Mosca Azul.
- SADER, E. & PAOLI, M. C.,1986. "Sobre 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro". In CARDOSO, R. (org.), *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 39-67.
- SANTOS, W. G., 1987. *Cidadania e Justiça*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Campus.
- SINGER, P., 1980. "A Economia Urbana de um Ponto de Vista Estrutural: O Caso de Salvador", In SOUZA, G. A. & FARIA, V. (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, RJ/São Paulo, Vozes/Cebrap, pp. 41-70.
- SOUTO DE OLIVEIRA, J., 1990. *O Espaço Econômico das Pequenas Unidades Produtivas: Uma Tentativa de Delimitação*. nº 27. Rio de Janeiro, IBGE.
- SCHWARZ, R., 1988. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo. Duas Cidades, 3ª ed.
- TELLES, V., 2001. Cadernos Le Monde Diplomatique - Brasil. Especial nº 2 "Um Outro Mundo Urbano é Possível". São Paulo, Instituto Apaporu (www.diplo.com.br), jan.
- THEODORO, M., 2000. As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil. *Textos para Discussão*. nº 762. Rio de Janeiro, IPEA, set.
- THOMPSON, E.P., 1987. *A Formação da Classe Operária Inglesa*: Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TOPALOV, C., 1994. *La Naissance du Chomeur: 1880-1910*. Albin Michel.
- _____, 1996. "Da Questão Social aos Problemas Urbanos: Os Reformadores e a População das Metrôpoles em Princípios do Século XX". In RIBEIRO, L.C.Q. & PECHMAN, R. *Cidade, Povo e Nação, Gênese do Urbanismo Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- VARGAS, N., 1985. Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil. In *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Cortez/Anpocs. p. 155-189.